

Igam apresenta dados de gestão de recursos hídricos mineiros no 1º Fórum Brasil das Águas

Sex 09 agosto

O [Instituto Mineiro de Gestão das Águas \(Igam\)](#) teve papel de destaque no 1º Fórum Brasil das Águas, realizado em Foz do Iguaçu, entre os dias 5 e 9/8. Foram apresentadas informações sobre a gestão de recursos hídricos no estado e do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), que constam no Painel de Indicadores do Sisema, durante o Encontro do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, o Progestão 2024: Semeando Ideias, Compartilhando Experiências – 2ª Edição, realizado nessa quinta (8/8), como parte da programação do Fórum.

Os Encontros Progestão são realizados a cada dois anos e visam divulgar atividades implementadas pelos órgãos estaduais de gestão de recursos hídricos, incentivar a troca de experiências e estreitar as relações entre os estados, Distrito Federal e Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), na melhoria da gestão compartilhada dos recursos hídricos.

O gerente de Planejamento de Recursos Hídricos do Igam, Allan de Oliveira Mota, apresentou as ações para implementar os dados de gestão de recursos hídricos no [Painel de Indicadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos \(Sisema\)](#).

“O principal impacto foi a simplificação do processo de mensuração de metas e publicação dos dados. Atualmente, as equipes técnicas de diversas instituições alimentam planilhas de dados referentes à execução de cada meta de sua responsabilidade”, explicou Allan Mota.

“Esses dados estão diretamente vinculados ao banco de dados do Painel. Mensalmente, a [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#) atualiza o painel, o que reduz o trabalho da equipe responsável pelo acompanhamento do plano no Igam e, desta forma, a equipe concentrou-se em outras frentes de trabalho, como a revisão do PERH-MG, em andamento”, destacou.

Também apresentaram suas experiências os estados de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima e Rondônia

Progestão

Avaliado pela ANA, o programa é realizado em ciclos e funciona como um incentivo financeiro do Governo Federal aos estados, mediante cumprimento de metas acordadas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). De acordo com o percentual cumprido, os estados recebem um repasse, que em Minas será quase R\$ 900 mil em 2024 para investimento exclusivo na política de gestão de recursos hídricos. Desde o início das ações do programa, em 2014, já foram disponibilizados ao estado cerca de R\$ 7 milhões.

A ação impulsiona o trabalho dos estados e garante uma evolução no desenvolvimento e na

implementação dos instrumentos e ferramentas de apoio à gestão das águas. Minas Gerais, que está na categoria D, com metas de maior complexidade e desafios, tem alcançado resultados satisfatórios e evoluído a cada ano. Nesse último processo de certificação, foram alcançados números expressivos com relação ao alcance das metas. A execução da Meta “Integração de dados de usuários de recursos hídricos” teve sua execução avaliada em 93,59% e na Meta “Atuação para segurança de barragens”, ultrapassou os 90% de atendimento.

O aproveitamento foi de 100% nas demais metas federativas: “Capacitação em recursos hídricos”; “Contribuição para difusão do conhecimento” e “Prevenção de eventos hidrológicos críticos”, assim como nas metas de investimento em “Fiscalização e Sistema de Informação”.

Os recursos são utilizados para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e possuem diversas finalidades como: aquisição de equipamentos; transporte e logística; capacitações e atividades de formação; desenvolvimento de sistemas voltados à modernização de processos, entre outras ações de fomento à gestão hídrica.

O Forum

O 1º Fórum Brasil das Águas contou com a participação de cerca de 700 pessoas, dentre representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, a iniciativa privada, os usuários de recursos hídricos, entidades civis, ONGs, a academia e toda a sociedade civil. O evento debate, em especial, as políticas públicas vigentes, as mudanças climáticas em curso, o uso racional dos recursos hídricos, o reúso, a inovação, a regulação e o financiamento de obras e serviços necessários.